

Prova Escrita Objetiva – Nível SUPERIOR

X EXAME DE ADMISSÃO AO ESTÁGIO FORENSE

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo cinquenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões
- **o candidato somente poderá sair levando o caderno de questões ao final da prova**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Direito Penal

1

Durante uma discussão verbal, Pedro percebeu que João estava prestes a lhe desferir um golpe com pedaço de madeira, razão pela qual pegou uma pedra no chão, seu único meio de defesa disponível, e a jogou em direção à cabeça do rival para se proteger da injusta agressão. Ocorre que, mesmo após João já estar caído em razão da pedrada recebida, Pedro persistiu desferindo socos na face de João. João pegou então um canivete que tinha no bolso e golpeou a perna de Pedro para que cessassem aquelas agressões. João apresentou lesões graves em razão dos socos recebidos de Pedro após a pedrada. Já Pedro ficou apenas com lesões de natureza leve em razão do golpe recebido com canivete.

Descobertos os fatos em investigação, os autos são encaminhados ao Ministério Público. Por ocasião da análise, deverá ser concluído que:

- (A) Pedro agiu em legítima defesa a todo momento, logo a conduta de João ao desferir golpe com canivete não pode ser considerada amparada pela excludente de ilicitude, de forma que este poderá ser responsabilizado criminalmente pelo ato;
- (B) Pedro agiu, inicialmente, amparado pela legítima defesa, mas houve excesso, possibilitando sua responsabilização pelo resultado causado em razão deste, bem como a legítima defesa de João ao desferir o golpe com canivete;
- (C) Pedro não agiu amparado por qualquer excludente de ilicitude, podendo responder pelo crime de lesão corporal dolosa, em razão da pedrada e socos, enquanto João agia em legítima defesa, afastando a sua responsabilidade penal;
- (D) Pedro e João não agiram amparados por qualquer causa excludente da ilicitude, podendo ambos ser responsabilizados pelas lesões causadas;
- (E) Pedro e João agiram em legítima defesa durante todo o tempo, de modo que nenhum dos dois poderia ser responsabilizado criminalmente.

2

Thiago, pessoa financeiramente humilde, alugou uma bicicleta avaliada em R\$ 2.000,00 pelo período de 2 (duas) horas para ir até uma entrevista de emprego. Após a entrevista, chateado por não ter conseguido a vaga pretendida, acabou por pegar a bicicleta de outra pessoa que estava estacionada no mesmo local, acreditando ser a que alugara. Apesar de o modelo e o valor da bicicleta serem idênticos ao da que havia alugado, as cores eram diferentes. Cinco minutos depois, Thiago veio a ser abordado por policiais militares que souberam dos fatos, sendo indiciado, em sede policial, pela prática do crime de furto simples doloso.

No momento do oferecimento da denúncia, o promotor de justiça deverá concluir que a conduta de Thiago é:

- (A) típica, mas deverá ser reconhecida causa de diminuição de pena em razão do erro de proibição, que não era inevitável;
- (B) típica, mas deverá ser imputado o crime contra o patrimônio de natureza culposa, já que o erro de tipo era evitável;
- (C) atípica, em razão do reconhecimento do princípio da insignificância;
- (D) atípica, diante do erro de proibição;
- (E) atípica, diante do erro de tipo.

3

Em outubro de 2019, Carlos iniciou a execução de um grande crime de extorsão mediante sequestro, sendo que a restrição da liberdade da vítima durou mais de 60 (sessenta) dias. Ocorre que, no mês de novembro de 2019, quando o delito já estava consumado, entrou em vigor lei penal que aumentou a pena do crime de extorsão mediante sequestro.

A vítima apenas conseguiu sua liberdade no dia de Natal do ano de 2019, mesma data em que houve obtenção da vantagem financeira pelo autor do fato, tendo ela comparecido em janeiro de 2020 ao Ministério Público para narrar o ocorrido.

Oferecida denúncia em face de Carlos pela prática do crime de extorsão mediante sequestro e confirmada a autoria em instrução probatória, o promotor de justiça poderá requerer a condenação de Carlos com base na:

- (A) lei em vigor em outubro de 2019, momento em que foi consumado o crime imputado, aplicando-se ao Direito Penal o princípio do *tempus regit actum*;
- (B) lei em vigor no momento da apresentação das alegações finais, ainda que mais gravosa, aplicando-se ao Direito Penal o princípio do *tempus regit actum*;
- (C) lei em vigor em outubro de 2019, por ser aplicável ao Direito Penal o princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa;
- (D) inovação legislativa, pois o crime imputado somente restou consumado no dia da obtenção da vantagem indevida;
- (E) inovação legislativa, ainda que mais gravosa, em razão da natureza do crime imputado.

4

Ramon foi denunciado pela prática de um crime de estupro simples, sendo constatado ao longo da instrução, por meio de exame de insanidade mental, que, na data dos fatos, ele era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato em razão de desenvolvimento mental incompleto.

Confirmada a autoria e a materialidade, no momento das alegações finais, caberá ao promotor de justiça buscar:

- (A) o reconhecimento da autoria e materialidade, sendo, porém, o agente isento de pena, de modo que caberá aplicação de medida de segurança em razão da inimputabilidade de Ramon;
- (B) a absolvição própria do agente, não sendo aplicada qualquer pena privativa de liberdade ou medida de segurança, diante da inimputabilidade do agente;
- (C) a absolvição imprópria de Ramon, aplicando-se pena privativa de liberdade, com causa de diminuição de pena em razão da inimputabilidade;
- (D) a condenação do réu, reduzindo-se a pena aplicada, porém, em um a dois terços em razão da semi-imputabilidade do agente;
- (E) a absolvição imprópria de Ramon, aplicando-se medida de segurança, diante da semi-imputabilidade do agente.

5

Jorge ingressou em uma loja de conveniência de determinado posto de gasolina com a intenção de praticar um crime de roubo, portando um simulacro de arma de fogo. Após ingressar no local e anunciar o assalto, verifica que a única pessoa presente e que estava responsável pelo caixa era o adolescente Caio, de 16 anos de idade, que ajudava seu pai idoso, verdadeiro proprietário do estabelecimento. Lamentando o fato de o adolescente estar trabalhando, Jorge retira-se do local sem subtrair qualquer bem. Os fatos são descobertos pela autoridade policial após divulgação das imagens da câmera de segurança, mas Caio e seu pai optam por não comparecer em sede policial por não terem interesse em ver Jorge responsabilizado, diante da decisão do autor de não subtrair bens durante a execução do delito.

Com base nas informações expostas, é correto afirmar que a conduta de Jorge configura:

- (A) conduta atípica, em razão do arrependimento eficaz e do desinteresse de Caio e seu representante em verem o autor do fato responsabilizado pelo delito residual;
- (B) conduta atípica, em razão da desistência voluntária e do desinteresse de Caio e seu representante em verem o autor do fato responsabilizado pelo delito residual;
- (C) crime de roubo simples, devendo ser reconhecida a causa de diminuição de pena em razão do arrependimento posterior;
- (D) crime de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo, com causa de redução de pena da tentativa;
- (E) crime de roubo simples, com causa de redução de pena da tentativa.

6

Amanda, nascida em 1947, foi denunciada pela suposta prática do crime de lesão corporal qualificada no contexto da violência doméstica e familiar (*pena: 3 meses a 3 anos de detenção*), pois teria causado lesões leves em seu neto, com quem residia. Não sendo aceita a proposta de suspensão condicional do processo, a denúncia foi recebida em 20 de janeiro de 2016, tendo a ação penal regular prosseguimento. A instrução se alongou por anos em razão da grande quantidade de testemunhas de acusação e defesa a serem ouvidas através de carta precatória. Em 22 de janeiro de 2020, antes do oferecimento de alegações finais, a defesa técnica de Amanda requereu a extinção da sua punibilidade, destacando que a pena em abstrato superior a 2 (dois) e até 4 (quatro) anos prescreve, em tese, em 8 (oito) anos, na forma do Art. 109 do Código Penal.

Encaminhados os autos ao promotor de justiça, esse deverá:

- (A) manifestar-se pelo reconhecimento da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal com base na pena em concreto, o que gera a extinção da punibilidade da agente;
- (B) manifestar-se pelo reconhecimento da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal com base na pena em abstrato, o que gera extinção da punibilidade da agente;
- (C) reconhecer a ocorrência da prescrição da pretensão executória estatal, que afasta os efeitos penais primários da condenação, mas não os secundários;
- (D) afastar o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva estatal, tendo em vista que Amanda não era maior de 70 anos na data dos fatos;
- (E) reconhecer a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal com base na pena ideal.

7

O Código Penal prevê que, no momento da aplicação da pena, deverá ser observado o critério trifásico, de modo que, quando o magistrado fixar a pena base, serão consideradas as circunstâncias judiciais previstas no Art. 59 do CP; na pena intermediária, serão consideradas as circunstâncias agravantes e atenuantes; na terceira fase, observam-se as causas de aumento e diminuição de pena.

Sobre o tema, de acordo com as previsões do Código Penal e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- (A) uma vez substituída a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, não é possível a posterior conversão em pena privativa de liberdade em caso de descumprimento injustificado da medida alternativa imposta;
- (B) o número de majorantes é fundamento idôneo para, por si só, justificar a aplicação de fração superior à mínima prevista em lei para causas de aumento de pena no crime de roubo;
- (C) a compensação da agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea não é admitida em hipótese alguma;
- (D) as ações penais em curso não podem justificar o reconhecimento de reincidência nem de maus antecedentes;
- (E) a pena intermediária poderá ser fixada abaixo do mínimo legal na segunda fase do processo de dosimetria da pena.

8

Flávio, com a intenção de subtrair um automóvel, desferiu facadas no pescoço de Hugo, condutor do automóvel, vindo a causar a morte da vítima. Ocorre que os fatos foram presenciados por policial militar que passava pelo local, de modo que foi realizada a prisão em flagrante de Flávio antes de ele efetivamente subtrair o veículo pretendido.

Com base apenas nas informações expostas, Flávio, de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, deverá ser responsabilizado pelo(s) crime(s) de:

- (A) roubo consumado e homicídio doloso qualificado consumado, em concurso formal;
- (B) roubo tentado e homicídio doloso qualificado consumado, em concurso formal;
- (C) roubo tentado e homicídio doloso qualificado consumado, em concurso material;
- (D) latrocínio consumado;
- (E) latrocínio tentado.

Direito Processual Penal

9

Durante uma briga, na cidade de São Gonçalo, com a intenção de lesionar Fernando, Gabriel, morador de Niterói, desferiu um golpe com pedaço de ferro no rosto do rival. Ocorre que, em razão da força do golpe, Fernando veio a cair ao chão, batendo a cabeça em uma pedra, sendo essa a causa eficiente de sua morte. Desesperado com o resultado, Gabriel tentou empreender fuga sem ser descoberto, mas foi preso em flagrante, em Itaboraí, logo em seguida, após perseguição policial.

Recebidos os autos, caberá ao promotor de justiça com atribuição oferecer denúncia pelo crime de lesão corporal seguida de morte perante o(a):

- (A) Tribunal do Júri da Comarca de São Gonçalo;
- (B) Tribunal do Júri da Comarca de Itaboraí;
- (C) Tribunal do Júri da Comarca de Niterói;
- (D) Vara Criminal da Comarca de São Gonçalo;
- (E) Vara Criminal da Comarca de Itaboraí.

10

Rômulo, empresário de sucesso, foi vítima de crime de calúnia majorada praticado por Lucas e Renato. Em comunhão de ações e desígnios, Lucas e Renato afirmaram, na frente de diversas pessoas, que Rômulo teria praticado um crime de estelionato, sabendo que tal fato era falso. Descoberta a autoria, Rômulo procurou seu advogado e informou a intenção de ver os autores do fato responsabilizados criminalmente, razão pela qual foi apresentada queixa-crime dentro do prazo legal. Ocorre que, após a apresentação da queixa e seu recebimento pelo magistrado, o patrono de Rômulo apresentou petição informando ao juízo que não mais havia interesse no prosseguimento da ação penal em desfavor de Lucas, tendo em vista que este havia se desculpado com o querelante.

Diante da petição, os autos foram encaminhados ao promotor de justiça para manifestação.

Considerando apenas os fatos narrados, o promotor de justiça, em sua manifestação, deverá esclarecer que:

- (A) não deverá ser extinta a punibilidade de nenhum dos agentes, considerando que já houve recebimento da queixa-crime, não cabendo mais a desistência;
- (B) deverá, diante do perdão ao querelado Lucas, desde que este seja aceito, ser reconhecida a extinção da punibilidade em relação a ambos os querelados;
- (C) não deverá ser extinta a punibilidade de Renato, devendo o processo prosseguir em relação a ele, já que o perdão foi concedido apenas a Lucas;
- (D) deverá a ação penal prosseguir apenas em relação a Renato, pois houve renúncia ao direito de queixa apenas em relação a Lucas;
- (E) deverá ser reconhecida a extinção da punibilidade de ambos os querelados, pois houve renúncia ao direito de queixa.

11

Luis foi denunciado pela prática do crime de estupro de vulnerável (Art. 217-A do Código Penal), constando da denúncia que “Luis, mediante violência, praticou conjunção carnal com Bianca, adolescente de 14 anos de idade”.

Durante a instrução, todos os fatos narrados restaram confirmados, inclusive que a vítima já tinha 14 anos quando do ato sexual mediante violência.

O Ministério Público, no momento das alegações finais, apenas requereu a condenação nos termos da denúncia. A defesa, por sua vez, pediu a absolvição.

Considerando apenas as informações narradas, o magistrado, no momento da sentença:

- (A) poderá condenar o réu pelo crime de estupro qualificado pela idade da vítima (Art. 213, §1º do CP), independentemente de aditamento, aplicando-se o instituto da *emendatio libelli*;
- (B) poderá condenar o réu pelo crime de estupro qualificado pela idade da vítima (Art. 213, §1º do CP), independentemente de aditamento, aplicando-se o instituto da *mutatio libelli*;
- (C) deverá encaminhar os autos ao Ministério Público para que realize o aditamento da denúncia, aplicando-se o instituto da *emendatio libelli*;
- (D) deverá encaminhar os autos ao Ministério Público para que realize o aditamento da denúncia, aplicando-se o instituto da *mutatio libelli*;
- (E) deverá absolver Luis, considerando que a vítima era maior de 14 anos na data dos fatos.

12

André, 22 anos, figura como indiciado em procedimento onde se investiga a prática do crime de furto simples (*Penal: 1 a 4 anos de reclusão e multa*). Durante as investigações, restou constatado que André possuía sete condenações pela prática de crimes contra o patrimônio, com trânsito em julgado, e que ele seria autor de diversos outros crimes de furto, mas que estaria em local incerto.

Considerando apenas as informações narradas, no tocante ao tema prisão, durante o inquérito:

- (A) não poderá ser requerida a prisão temporária de André, mas poderá ser decretada sua prisão preventiva, em razão da reincidência, independentemente de requerimento do Ministério Público ou de representação da autoridade policial;
- (B) poderá ser decretada a prisão preventiva de André, em razão da reincidência, bem como a prisão temporária, diante do momento processual, desde que haja requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial;
- (C) poderá ser decretada a prisão preventiva de André, em razão da reincidência, desde que haja requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial, mas não a prisão temporária;
- (D) poderá o Ministério Público requerer que seja decretada a prisão temporária de André, tendo em vista que não houve oferecimento de denúncia, mas não a prisão preventiva;
- (E) não poderá o Ministério Público requerer a prisão preventiva de André, pois a pena máxima do crime imputado não é superior a quatro anos, nem a prisão temporária.

13

De maneira geral, a doutrina conceitua prova como todo elemento através do qual se pretende influenciar o convencimento do julgador, demonstrando-se a existência ou realidade de um fato.

Em que pese o Código de Processo Penal seja primordialmente marcado pelo sistema acusatório, alguns resquícios sobre características do sistema inquisitivo permanecem em relação ao tema.

Com base nas previsões do Código de Processo Penal, em relação ao tema “prova”, é correto afirmar que:

- (A) a prova da qualificadora do crime de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo depende da realização de exame de corpo de delito, podendo esse ser suprido apenas pela confissão do acusado;
- (B) as provas ilícitas deverão ser desentranhadas do processo, assim como aquelas que dela derivarem, ainda que as derivadas pudessem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras;
- (C) o crime de lesão corporal de natureza grave exige a realização de exame de corpo de delito, que poderá ser, porém, indireto, caso os vestígios desapareçam;
- (D) a busca e apreensão pessoal, havendo prova da materialidade e indícios de autoria de flagrante delito e posse de instrumentos do crime, depende da prévia existência de mandado;
- (E) o exame pericial deverá ser realizado por dois peritos oficiais, ou, em sua falta, duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior.

14

Paula foi vítima de ameaça, crime esse previsto no Código Penal como de ação penal pública condicionada à representação, praticada por seu ex-companheiro Guilherme em razão de ciúmes. Inicialmente, Paula compareceu em sede policial e narrou o ocorrido para a autoridade policial, demonstrando interesse em ver o autor do fato responsabilizado criminalmente. Após o oferecimento da denúncia, mas antes do seu recebimento, Paula procurou seu advogado e informou não mais ter interesse em ver Guilherme responsabilizado.

Considerando apenas as informações narradas, com base nas previsões da Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), Paula:

- (A) poderá se retratar da representação oferecida, a qualquer momento antes da sentença, já que não se aplicam as previsões da Lei nº 11.340/06, pelo fato de Guilherme não mais ser companheiro da vítima na data dos fatos;
- (B) poderá se retratar da representação oferecida, desde que antes do recebimento da denúncia, em audiência especialmente designada para tal fim, na presença do magistrado, ouvido o Ministério Público;
- (C) não poderá impedir a responsabilização penal de Guilherme, tendo em vista que, por ser praticado no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher, a ação penal se torna pública incondicionada;
- (D) poderá se retratar da representação através de novas declarações prestadas em sede policial, desde que antes do recebimento da denúncia;
- (E) não poderá se retratar da representação ofertada, tendo em vista que já houve oferecimento de denúncia.

15

Com grande quantidade de trabalho para desenvolver, determinado promotor de justiça solicitou que seu estagiário analisasse duas decisões em diferentes processos em que estava sendo intimado, esclarecendo que deveria ser informado qual o recurso cabível caso a decisão fosse desfavorável ao Ministério Público. No primeiro processo, foi proferida decisão de impronúncia em procedimento onde se imputava a prática do crime de aborto qualificado pelo resultado morte da gestante. Na segunda ação penal, foi proferida decisão de rejeição da denúncia oferecida pelo *Parquet* pela prática de um crime de roubo.

Considerando apenas as informações narradas, o estagiário deverá esclarecer que a decisão de impronúncia e a de rejeição da denúncia deverão ser combatidas através de:

- (A) recurso em sentido estrito e apelação, respectivamente, cabendo juízo de retratação apenas na primeira hipótese;
- (B) apelação e recurso em sentido estrito, respectivamente, cabendo juízo de retratação apenas na segunda hipótese;
- (C) recurso em sentido estrito, em ambos os casos, não cabendo juízo de retratação;
- (D) recurso em sentido estrito, em ambos os casos, cabendo juízo de retratação;
- (E) apelação, em ambos os casos, não cabendo juízo de retratação.

16

Vitor foi encaminhado para a Delegacia, onde foi lavrado termo circunstanciado, porque teria praticado um crime de ameaça (*Pena: 1 a 6 meses de detenção, ou multa*) contra João, delito esse de ação penal pública condicionada à representação. Ao analisar o procedimento, o promotor de justiça verificou que Vitor era tecnicamente primário e de bons antecedentes, mas que havia sido beneficiado com proposta de transação penal no ano anterior.

Considerando apenas as informações expostas, com base nas previsões da Lei nº 9.099/95, é correto afirmar que:

- (A) não poderá ser oferecida denúncia oral a ser reduzida a termo em caso de não aceitação pelo suposto autor do fato de quaisquer dos institutos despenalizadores, devendo a denúncia ser apresentada por escrito;
- (B) não poderá ser oferecida proposta de transação penal, em razão do benefício anteriormente concedido, mas caberá proposta de suspensão condicional do processo;
- (C) poderá ser oferecida composição civil dos danos, que não importará renúncia ao direito de representação em caso de aceitação;
- (D) não poderá ser oferecida composição civil dos danos, que somente é cabível nas ações penais de natureza privada;
- (E) poderá ser oferecida proposta de transação penal, já que o suposto autor do fato é tecnicamente primário.

Direito Civil

17

Christiana tem três filhas: Roberta, que tem quinze anos e é estudante; Marisa, que tem dezessete anos, mas já se sustenta com o trabalho que realiza como empregada de uma joalheria; e Virgínia, que tem vinte anos, mas ainda reside com a mãe, que a sustenta.

A capacidade para exercer os atos da vida civil é atribuída a:

- (A) somente Virgínia;
- (B) somente Marisa;
- (C) somente Marisa e Virgínia;
- (D) somente Roberta e Virgínia;
- (E) Roberta, Marisa e Virgínia.

18

A empresa X S.A., com sede em Rio das Ostras, possui estabelecimentos em outros municípios, como Campos e Macaé. Na filial de Campos foi celebrado contrato com a rede de supermercados Y S.A., sediada em Nova Friburgo.

Com relação aos efeitos desse contrato, considera-se domicílio da empresa X S.A.:

- (A) somente Rio das Ostras;
- (B) somente Campos;
- (C) Rio das Ostras ou Campos;
- (D) Rio das Ostras, Campos ou Macaé;
- (E) Rio das Ostras, Campos, Macaé ou Nova Friburgo.

19

Cristina vendeu um anel para sua vizinha Márcia, garantindo-lhe ser de ouro, mesmo sabendo que não era. Meses após a compra, Márcia percebeu que o anel começou a descascar, constatando assim que não era de ouro.

Nesse caso, Márcia poderá pleitear a anulação do negócio jurídico com fundamento em:

- (A) erro;
- (B) dolo;
- (C) fraude contra credores;
- (D) lesão;
- (E) simulação.

20

Gaspar comprou um aparelho de celular novo na Telefonía S.A., mas constatou um defeito na bateria, pois após apenas meia hora de uso o celular já indicava estar descarregado. Levou o aparelho de volta à loja, que informou que realizaria análise para verificar se havia de fato defeito e proceder a eventual conserto. Passados mais de trinta dias, a Telefonía S.A. não deu qualquer resposta a Gaspar.

Diante disso, considerando que Gaspar não tem interesse em ficar com o celular defeituoso, ele somente pode exigir da Telefonía S.A.:

- (A) a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, uma vez que se trata de bem fungível, passível de ser substituído por outro de mesma qualidade;
- (B) a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, tendo em vista que a correção do preço pago é suficiente para compensar o consumidor pelos prejuízos decorrentes da privação daquele valor;
- (C) a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, sem prejuízo de eventuais perdas e danos, para indenizar os prejuízos sofridos pelo consumidor até então;
- (D) a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos, destinados a indenizar os prejuízos sofridos pelo consumidor até então;
- (E) a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso ou a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos, à sua escolha.

21

Os Souza levaram seu filho de cinco anos à concessionária em que pretendiam adquirir um automóvel. O menino evadiu-se dos pais em um momento de distração e, com uma pedra, riscou a lataria de um dos veículos para fazer um desenho. A concessionária pretende indenização pelo dano sofrido.

Considerando que o filho tem patrimônio próprio significativo, em razão de bens que lhe foram deixados em testamento pelo tio-avô, quem deverá arcar com o prejuízo:

- (A) são os pais, independentemente da capacidade econômica do filho ou do efeito que o pagamento da indenização terá no patrimônio dos pais;
- (B) são os pais e o filho, solidariamente, cabendo à concessionária escolher entre acionar somente um pela dívida toda, ou acionar todos conjuntamente;
- (C) é o filho, por possuir bens suficientes para pagar a indenização sem prejuízo ao seu sustento, isentos os pais de responsabilidade;
- (D) é a própria concessionária, por se tratar de dano decorrente de caso fortuito, uma vez que foi causado por pessoa absolutamente incapaz;
- (E) é o filho somente se seus pais não dispuserem de bens suficientes e se, arcando com a indenização, não privar do necessário o filho ou as pessoas que dele dependem.

22

Alves, morador da unidade 1801 do condomínio, está sendo acionado judicialmente por Teresa. Ela alega ter sido atingida por fragmentos de vaso caídos da varanda do apartamento de Alves enquanto andava pela calçada em frente ao edifício e pretende indenização pelos danos sofridos.

Alves será liberado da responsabilidade perante Teresa se:

- (A) alegar que houve culpa concorrente de Teresa;
- (B) alegar que a responsabilidade é do condomínio;
- (C) provar que tomou os cuidados adequados para evitar a queda;
- (D) provar que o vaso caiu da varanda de outro apartamento que não o seu;
- (E) provar que não é o proprietário do imóvel.

23

André comprou um televisor fabricado pela Alicante. Quando ligou o aparelho em sua rede elétrica, ocorreu um curto em razão de um defeito interno, causando uma pequena explosão que feriu levemente sua amiga Tatiana, que o visitava na ocasião. Para demandar indenização pelos danos sofridos por Tatiana:

- (A) André deve acionar sozinho a Alicante, na condição de comprador do produto;
- (B) Tatiana pode acionar sozinha a Alicante, por ser consumidora por equiparação;
- (C) Tatiana e André devem acionar a Alicante necessariamente juntos;
- (D) Tatiana deve acionar judicialmente apenas André e ele poderá regredir contra a Alicante;
- (E) Tatiana pode acionar a Alicante e André, mas necessariamente juntos.

24

Josefina, de boa-fé, ocupou um terreno vizinho ao seu que estava abandonado e nele plantou um pomar de jacas. Vinha colhendo as jacas e vendendo no mercado local até ontem, quando recebeu citação e intimação em ação movida pelo proprietário do imóvel, sendo determinado liminarmente que ela desocupasse imediatamente o terreno. Ela, ao receber a citação e intimação, desocupou o terreno, mas antes disso colheu todas as frutas que ainda estavam verdes.

A partir de agora Josefina:

- (A) não pode colher mais jacas no terreno e deve restituir as colhidas ainda verdes, mas tem direito a reter aquelas que já tinha colhido antes da citação e intimação;
- (B) não pode colher mais jacas no terreno e deve restituir ao proprietário todas aquelas que já tinha colhido até então;
- (C) não pode colher mais jacas no terreno, mas tem direito a reter todas aquelas que já tinha colhido até então;
- (D) não pode colher mais jacas no terreno e tem direito a reter as colhidas ainda verdes, mas deve restituir aquelas que já tinha colhido antes da citação e intimação;
- (E) pode continuar a colher jacas no terreno até o trânsito em julgado e tem direito a reter todas aquelas que já tinha colhido até então.

Direito Processual Civil**25**

No que concerne ao mandado de segurança, é correto afirmar que:

- (A) pode ser ajuizado por pessoa física, mas não por pessoa jurídica;
- (B) o seu procedimento comporta a produção de prova documental, pericial e testemunhal;
- (C) a pessoa jurídica em cuja estrutura se insere a autoridade impetrada não pode se manifestar no feito;
- (D) o seu procedimento não comporta a concessão de medida liminar *inaudita altera parte*;
- (E) a sua propositura se sujeita ao prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da ciência do ato estatal que se pretende impugnar.

26

Distribuída petição inicial de ação de despejo a uma vara de família da comarca da capital fluminense, procedeu-se ao juízo positivo de admissibilidade da demanda, determinando-se a citação do réu.

Nesse cenário, o juízo de família é:

- (A) relativamente incompetente, devendo o réu suscitar o vício por meio de exceção de incompetência;
- (B) relativamente incompetente, devendo o réu suscitar o vício com a arguição de preliminar em contestação;
- (C) absolutamente incompetente, devendo o réu suscitar o vício por meio de exceção de incompetência;
- (D) absolutamente incompetente, devendo o réu suscitar o vício com a arguição de preliminar em contestação;
- (E) absolutamente incompetente, devendo o réu suscitar o vício por meio de reconvenção.

27

Como regra geral, o prazo para a interposição de recursos pelas partes é de:

- (A) trinta dias;
- (B) vinte dias;
- (C) quinze dias;
- (D) dez dias;
- (E) cinco dias.

28

Configura sentença dotada de aptidão para ensejar a formação de coisa julgada material a que extingue o feito:

- (A) em razão de transação firmada pelas partes;
- (B) em razão do abandono unilateral da causa;
- (C) em razão da ausência do interesse de agir;
- (D) em razão da litispendência;
- (E) pelo não pagamento das custas processuais.

29

Tomando contato com a petição inicial, o magistrado não só procedeu ao juízo positivo de admissibilidade da demanda, como também concedeu a tutela antecipatória de mérito requerida pelo autor.

No que toca a esse pronunciamento, é correto afirmar que se trata de:

- (A) sentença definitiva, impugnável por recurso de apelação;
- (B) sentença terminativa, impugnável por recurso de agravo de instrumento;
- (C) decisão interlocutória, impugnável por recurso de apelação;
- (D) decisão interlocutória, impugnável por recurso de agravo de instrumento;
- (E) decisão interlocutória, não impugnável por qualquer via recursal típica, senão apenas por mandado de segurança.

30

Joana propôs ação de separação judicial em face de José, fundada na violência doméstica por ela sofrida, bem como no fato de seu marido ter uma relação extraconjugal notória e pública com outra pessoa.

Nesse cenário, o processo contém:

- (A) duas partes, um pedido e uma causa de pedir;
- (B) duas partes, um pedido e duas causas de pedir;
- (C) duas partes, dois pedidos e duas causas de pedir;
- (D) uma parte, um pedido e uma causa de pedir;
- (E) uma parte, um pedido e duas causas de pedir.

31

Verificada a incapacidade processual do réu, o juiz suspendeu o processo e designou um prazo para que ele sanasse o vício, o que restou descumprido.

Nesse sentido, o processo:

- (A) será extinto pelo abandono da causa, uma vez que a parte não promoveu os atos que lhe incumbia;
- (B) será extinto pela ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;
- (C) seguirá seu curso normalmente, e será nomeado um curador especial ao réu;
- (D) será suspenso até que as partes regularizem suas capacidades processuais, no prazo máximo de 1 (um) ano;
- (E) seguirá seu curso normalmente, e o réu será considerado revel.

32

Dentre os atos processuais abaixo mencionados, aquele em que se identifica, pela primeira vez, o réu como parte da demanda é:

- (A) distribuição da petição inicial;
- (B) citação efetivada positivamente;
- (C) contestação apresentada;
- (D) sentença prolatada;
- (E) despacho que ordena a citação.

Direito Constitucional

33

O Ministério Público ingressou com ação civil pública em face do Município Alfa, com o objetivo de anular ato considerado lesivo ao patrimônio público. Na causa de pedir, argumentou com a inconstitucionalidade da Lei nº XX/2019, que servira de fundamento para o ato que se pretendia anular.

O juízo competente para processar e julgar o feito deve:

- (A) suspender a relação processual e formar incidente para que o Tribunal de Justiça aprecie, em caráter geral, a alegada inconstitucionalidade da Lei nº XX/2019;
- (B) apreciar a inconstitucionalidade suscitada e, caso venha a acolhê-la, reconhecendo o vício da Lei nº XX/2019, esse diploma normativo não mais poderá ser aplicado;
- (C) apreciar a inconstitucionalidade suscitada e, caso venha a acolhê-la, reconhecendo o vício da Lei nº XX/2019, sua decisão produzirá efeitos apenas no caso concreto;
- (D) suspender a relação processual e formar incidente para que o Supremo Tribunal Federal aprecie a arguição de descumprimento de preceito fundamental incidental;
- (E) negar-se a apreciar a inconstitucionalidade da Lei nº XX/2019, que deve ser suscitada diretamente perante o Tribunal de Justiça ou o Supremo Tribunal Federal, conforme o caso.

34

João, com base na Lei nº XX/2018, formulou requerimento para que o poder público lhe oferecesse determinado direito social. Embora tenha preenchido todos os requisitos exigidos, o seu requerimento foi indeferido pela autoridade competente, por escrito, sob o argumento de que João não era filiado ao partido político Alfa.

A ação constitucional passível de ser ajuizada por João para que o Poder Judiciário determine que lhe seja assegurada a fruição do direito almejado é:

- (A) a reclamação constitucional;
- (B) o mandado de segurança;
- (C) o direito de petição;
- (D) a ação civil pública;
- (E) a ação popular.

35

Um dos legitimados universais à deflagração do controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal recebeu representação argumentando que a Lei nº XX/1987, do Município Beta, era incompatível com a Constituição da República de 1988.

O legitimado concluiu corretamente que o referido diploma normativo:

- (A) não pode ser submetido ao controle concentrado de constitucionalidade, apenas ao difuso;
- (B) somente está sujeito à verificação de sua recepção, ou não, pela ordem constitucional superveniente;
- (C) pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, caso sejam preenchidos os requisitos exigidos;
- (D) pode ser objeto de reclamação, caso a inconstitucionalidade de lei de conteúdo similar já tenha sido declarada;
- (E) pode ser objeto de ação de descumprimento de preceito fundamental, caso sejam preenchidos os requisitos exigidos.

36

O Presidente da República foi informado por um de seus Ministros de Estado a respeito de uma situação fática de grande impacto para a coletividade, que demandava a edição de norma de conduta com fundamento direto na ordem constitucional e cuja solução não poderia ser postergada, o que caracterizava a presença dos requisitos da relevância e da urgência.

Nesse caso, o chefe do Poder Executivo, caso sejam preenchidos os demais requisitos exigidos:

- (A) pode editar um decreto;
- (B) pode editar um decreto-lei;
- (C) pode editar uma medida provisória;
- (D) deve apresentar projeto de lei e pedir regime de urgência;
- (E) deve editar uma lei delegada, com referendo do Legislativo.

37

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro recebeu uma representação de Maria, que morava às margens do Rio Ômega, noticiando a mortandade de elevado quantitativo de peixes, provavelmente em razão de poluentes despejados no local, além de comprometimento da potabilidade da água.

Essa narrativa versa sobre um interesse:

- (A) individual, que deve ser objeto de ação ajuizada por Maria, caso não haja outra representação similar;
- (B) difuso, que deve ser objeto de investigação pelo Ministério Público por meio de inquérito civil;
- (C) coletivo, que deve ser objeto de imediata ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público;
- (D) individual homogêneo, que deve ser objeto de ação popular a cargo de qualquer cidadão;
- (E) de primeira dimensão, a ser tutelado pelo Ministério Público via ação civil pública.

38

Maria ajuizou ação em face do Município Beta. O pedido formulado foi julgado improcedente em primeira e em segunda instâncias, tomando-se por base determinada interpretação da Lei Federal nº XX/2018. Para surpresa de Maria, diversos Tribunais de Justiça do país julgavam procedentes pedidos como o seu, em situações praticamente idênticas, adotando interpretação diversa da referida lei federal.

Caso sejam preenchidos os requisitos específicos previstos na ordem jurídica, Maria pode impugnar o acórdão que lhe foi desfavorável, sob o argumento de que outros tribunais estavam dispensando interpretação diversa à Lei Federal nº XX/2018, em recurso endereçado ao:

- (A) Tribunal Federal de Recursos;
- (B) Conselho Nacional de Justiça;
- (C) Superior Tribunal de Justiça;
- (D) Supremo Tribunal Federal;
- (E) Tribunal Regional Federal.

Direito Administrativo

39

O vereador João nomeou sua filha Maria, pessoa sem qualquer qualificação profissional ou experiência na área, para exercer o cargo em comissão de assessor parlamentar em seu gabinete.

A Promotoria de Tutela Coletiva da Cidadania Local instaurou inquérito civil e confirmou a ilegalidade na conduta do vereador por ofensa direta ao princípio constitucional expresso da administração pública da:

- (A) especialidade, pois Maria não detém conhecimento para exercer a função pública;
- (B) transcendência, que proíbe a nomeação de parentes até o terceiro grau para exercer qualquer cargo público;
- (C) autotutela, eis que o sistema de controle externo deve levar o Executivo municipal a anular o ato de nomeação de Maria;
- (D) impessoalidade, diante do nepotismo decorrente da clara intenção de beneficiar determinada pessoa;
- (E) isonomia, haja vista que os cargos em comissão devem ser providos necessariamente por concurso público.

40

Um particular proprietário de veículo automotor, atendendo ao que determina o ordenamento jurídico, levou seu veículo para ser submetido à fiscalização pelo DETRAN no Estado da Federação Alfa.

No caso em tela, o poder administrativo que embasou a realização de vistoria veicular é o poder:

- (A) de polícia, para adequar e condicionar a propriedade individual em prol do interesse público;
- (B) de império, que emana do Legislativo em razão de sua supremacia sobre o Executivo;
- (C) hierárquico, para limitar direitos individuais de acordo com a discricionariedade do administrador público;
- (D) regulamentar, que permite inovação na atividade legislativa para satisfazer à coletividade;
- (E) disciplinar, que pode ser delegado para pessoa jurídica de direito privado para alcançar o bem comum.

41

Mário, prefeito municipal, fez publicar no site oficial do Município reportagem jornalística, cujo título coincidia com o slogan de sua campanha eleitoral do último pleito, atribuindo a si, em flagrante ilegalidade por promoção pessoal, os créditos por inauguração de uma nova creche municipal. A Promotoria de Tutela Coletiva da região, então, ajuizou a medida judicial cabível, requerendo liminarmente a exclusão da matéria publicada no site. A defesa do réu alegou a impossibilidade de controle judicial do que é publicado no sítio eletrônico do Município, sob pena de violação à liberdade de expressão e separação dos poderes.

No caso em tela, ao réu:

- (A) não assiste razão, pois o Judiciário pode, em regra, exercer o controle sobre a legalidade e o mérito administrativo;
- (B) não assiste razão, pois ao Judiciário, quando provocado, cabe o controle sobre a legalidade do ato administrativo;
- (C) não assiste razão, pois ao Ministério Público cabe, em regra, o controle sobre a legalidade e o mérito administrativo;
- (D) assiste razão, pois o Judiciário deve, em regra, interferir no mérito e na legalidade do ato administrativo;
- (E) assiste razão, pois o Judiciário não pode interferir, em regra, na legalidade do ato administrativo, e sim em seu mérito.

42

João, prefeito municipal, celebrou contrato administrativo com a sociedade empresária Alfa, cujo sócio-administrador é seu irmão. Exercendo o chamado controle social da administração pública, o cidadão José reuniu documentos que revelam que tal contratação atentou contra a moralidade administrativa, eis que burlou as regras previstas na lei de licitação e teve valor superfaturado, tudo com o objetivo de favorecer o irmão do prefeito.

Na hipótese em tela, já sabendo que o caso ensejará ampla instrução probatória, visando à anulação do contrato administrativo celebrado, José deverá manejar:

- (A) ação civil pública e fará jus à indenização por dano moral coletivo;
- (B) mandado de segurança coletivo, que vinculará toda a administração pública municipal;
- (C) ação de improbidade administrativa, na qual, ao final deverá ser lançada sentença condenando o réu à pena de prisão;
- (D) *habeas data*, que contará com a participação do Ministério Público durante todo o processo na qualidade de *custos legis*;
- (E) ação popular e ficará, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

43

Matheus, no exercício de suas funções de estagiário do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, verificou que seu vizinho e antigo desafeto André estava no balcão de atendimento da Promotoria solicitando informações sobre andamento processual. Sem qualquer motivo, Matheus se dirigiu ao local e desferiu um soco no rosto de André, causando-lhe lesões corporais graves.

No caso em tela, André deve ajuizar ação indenizatória em face:

- (A) de Matheus, com base em sua responsabilidade civil objetiva, assegurado o direito de regresso contra o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;
- (B) do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, com base em sua responsabilidade civil subjetiva, assegurado o direito de regresso contra Matheus;
- (C) do Estado do Rio de Janeiro, com base em sua responsabilidade civil objetiva, assegurado o direito de regresso contra Matheus;
- (D) da Promotoria onde ocorreram os fatos, com base em sua responsabilidade civil objetiva, assegurado o direito de regresso contra o Estado do Rio de Janeiro;
- (E) do Promotor em exercício no órgão de execução onde ocorreram os fatos, com base em sua responsabilidade civil supletiva, assegurado o direito de regresso contra Matheus.

44

Promotoria de Tutela Coletiva de Defesa do Consumidor da Capital recebeu representação e instaurou o procedimento próprio para apurar notícia de publicidade enganosa por parte de sociedade empresária do ramo de telefonia celular. Finda a investigação, os danos aos consumidores restaram comprovados e não foi possível a composição extrajudicial, razão pela qual a Promotoria deve ajuizar:

- (A) mandado de injunção, cujo único legitimado ativo é o Ministério Público;
- (B) *habeas data*, cujo legitimado ativo é qualquer instituição pública ou privada;
- (C) ação direta de inconstitucionalidade, cujos legitimados ativos estão elencados taxativamente na Constituição;
- (D) ação civil pública, que possui outros legitimados ativos previstos na legislação;
- (E) ação popular, cujo único legitimado ativo é o Ministério Público.

Princípios Institucionais do Ministério Público

45

A Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva, com atribuição para a defesa do patrimônio público, recebeu representação notificando a possível prática de atos de improbidade administrativa por parte do agente público João.

Após a instauração do procedimento cabível e ampla investigação, constatou-se que a representação era totalmente infundada, o que fez o promotor de justiça decidir pelo seu arquivamento, o qual:

- (A) deve ser revisto pelo Colégio de Procuradores de Justiça;
- (B) deve ser revisto pelo Procurador-Geral de Justiça;
- (C) não está sujeito à revisão de outro órgão;
- (D) deve ser revisto pelo Conselho Superior;
- (E) deve ser revisto pelo Poder Judiciário.

46

A serventia da 1ª Vara Criminal da Comarca Alfa entrou em contato telefônico com a secretaria da Promotoria de Justiça com atribuição para atuar junto ao referido juízo. Na ocasião, informou que, conforme determinação do juiz de direito, o promotor de justiça estava intimado para apresentar alegações finais no Processo XX, cujos autos estavam à sua disposição em cartório.

A intimação assim realizada mostra-se:

- (A) incorreta, pois a intimação deveria ter sido pessoal e com entrega dos autos;
- (B) correta, desde que fosse assegurado o acesso amplo e irrestrito aos autos em cartório;
- (C) correta, pois compete ao juiz de direito definir a forma de intimação dos sujeitos da relação processual;
- (D) incorreta, pois a intimação telefônica deveria ter sido realizada diretamente ao promotor de justiça;
- (E) incorreta, pois um servidor do Ministério Público deveria ter comparecido à serventia para ser intimado e retirar os autos.

47

O promotor de justiça com atribuição criminal da Comarca Alfa recebeu uma notícia de fato descrevendo a possível prática de uma infração penal. Ao analisar a narrativa, entendeu que a referida infração teria sido praticada no território da Comarca Beta, remetendo os autos ao promotor de justiça com atribuição criminal que ali atuava. Ocorre que este último órgão teve entendimento diametralmente oposto, entendendo que o *locus delicti* era, de fato, a Comarca Alfa. Em consequência, remeteu os autos à autoridade competente para decidir quem deveria atuar.

Essa autoridade é o:

- (A) Conselho Superior do Ministério Público, que deve dirimir o conflito de competência;
- (B) Coordenador Regional do Ministério Público, que deve dirimir o conflito de atribuição;
- (C) Tribunal de Justiça, que deve decidir o conflito de competência;
- (D) Procurador-Geral de Justiça, que deve dirimir o conflito de atribuição;
- (E) Juiz de Direito da Comarca, que deve decidir o conflito de atribuição.

48

Pedro, estagiário do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, foi orientado, como parte do seu processo de aprendizagem, a elaborar minutas de pronunciamentos processuais a serem examinadas pelo promotor de justiça junto ao qual atuava.

Considerando os deveres funcionais que recaem sobre os membros do Ministério Público, esses pronunciamentos, quaisquer que sejam eles, devem necessariamente conter, sem prejuízo de outros elementos eventuais:

- (A) relatório e indicação dos fundamentos jurídicos, sendo presumida a identificação do promotor de justiça;
- (B) relatório, conclusão baseada no método dialético e identificação do promotor de justiça;
- (C) indicação dos fundamentos jurídicos, sendo presumida a identificação do promotor de justiça;
- (D) relatório, indicação dos fundamentos jurídicos e identificação do promotor de justiça;
- (E) indicação dos fundamentos jurídicos e identificação do promotor de justiça.

49

André estava se preparando para o processo seletivo para estagiário do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, estava buscando (1) a regulamentação do estágio realizada por ato do Corregedor-Geral do Ministério Público; (2) inteirar-se das normas disciplinares a que estão sujeitos os servidores públicos estaduais em geral, que também alcançariam os estagiários; e (3) identificar os valores que poderia receber a título de participação nas custas recolhidas pela instituição.

Em relação aos três aspectos objeto de suas reflexões e à sua aplicação aos estagiários, André estava certo apenas em relação:

- (A) à autoridade que deveria regulamentar o estágio;
- (B) às normas disciplinares que alcançam os estagiários;
- (C) aos valores que poderia receber, como estagiário, a título de participação;
- (D) à autoridade que deveria regulamentar o estágio e às normas disciplinares que alcançam os estagiários;
- (E) às normas disciplinares que alcançam os estagiários e aos valores que poderia receber a título de participação.

50

Após a realização de inúmeras reuniões e estudos, o setor técnico da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro concluiu a minuta de proposta orçamentária a ser remetida, pela instituição, ao chefe do Poder Executivo, a quem incumbe, por imperativo constitucional, encaminhá-la ao Poder Legislativo.

No âmbito do Ministério Público, essa proposta deve ser aprovada:

- (A) e remetida ao chefe do Poder Executivo pelo Procurador-Geral de Justiça;
- (B) e remetida ao chefe do Poder Executivo pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça;
- (C) pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça e remetida ao chefe do Poder Executivo pelo Procurador-Geral de Justiça;
- (D) pelo Conselho Superior do Ministério Público e remetida ao chefe do Poder Executivo pelo Secretário de Planejamento e Finanças da instituição;
- (E) pelo Procurador-Geral de Justiça e remetida ao chefe do Poder Executivo pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça.

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

